



RESULTADO

3T22

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2022

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, “Transmineiras”) passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022 os resultados das Transmineiras foram incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

10 de novembro de 2022

quinta-feira

Brasília 11h00

Nova York 9h00

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente Executivo de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	7
3. VISÃO GERAL	9
3.1. Estrutura Societária	9
3.2. Estrutura Societária TBE	11
3.3. Estrutura Societária AIE	11
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	12
4.1. Desempenho Operacional	12
4.2. Ciclo da RAP 2022-2023	13
4.3. Queda de 50% da RAP	14
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	16
4.5. Receita Líquida IFRS	18
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	20
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	21
4.8. Receita Líquida Regulatória	22
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	23
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	24
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	24
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	24
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	25
4.14. Resultado Financeiro Líquido	26
4.15. Impostos	27
4.16. Lucro Líquido	30
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	32
4.18. Endividamento	33
4.19. Investimentos	35
4.20. Projetos em Construção	35
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	38
4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19	40
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
5.1. Receita IFRS por Concessão	41
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	42
5.3. DRE 3T22	43
5.4. DRE 9M22	44
5.5. DRE IFRS 3T22 (Subsidiárias)	45
5.6. DRE IFRS 9M22 (Subsidiárias)	46
5.7. DRE Regulatório 3T22 (Subsidiárias)	47
5.8. DRE Regulatório 9M22 (Subsidiárias)	48
5.9. Reconciliação do EBITDA	49
5.10. Balanço Patrimonial	50
5.11. Fluxo de Caixa IFRS	51
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório	52

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

SEQUÊNCIA DE PROJETOS ENTREGUES IMPULSIONA O RESULTADO

O terceiro trimestre de 2022 foi marcado pela entrada no novo ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) 2022-2023 que se iniciou em 1º de julho. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%. Assim, a RAP das 41 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2022-2023 totalizou R\$ 3,8 bilhões, 7,7% maior que a RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

A Companhia registrou, portanto, uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 583,9 MM no 3T22 e de R\$ 1.670,1 MM no 9M22, apresentando um crescimento de 17,4% e 29,8% na comparação com os respectivos períodos de 2021. Já o EBITDA regulatório da Companhia totalizou R\$ 498,1 MM no 3T22 e R\$ 1.417,4 MM no 9M22, apresentando um crescimento de 18,3% e de 32,6% contra o 3T21 e 9M21, respectivamente. Assim, a margem EBITDA ficou em 85,3% no trimestre e 84,9% no acumulado. O lucro líquido regulatório também apresentou um crescimento anual de 94,6% no 3T22 e de 60,7% no 9M22, totalizando R\$ 373,7 MM e R\$ 661,6 MM, respectivamente, resultado da entrada em operação dos projetos de Janaúba, Sant'Ana (parcial), ESTE, Aimorés e Paraguaçu, do reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP e da melhora do resultado financeiro.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 302,5 MM no trimestre e de R\$ 1.426,4 MM no acumulado do ano, uma redução de 43,7% e 20,3% na comparação com os respectivos períodos de 2021, explicada principalmente pelo menor IGP-M e IPCA registrado entre os períodos comparados, que afetaram negativamente a receita de correção monetária, e a redução da margem de implementação de infraestrutura, principalmente em função da entrada em operação de Janaúba, ESTE e Aimorés e dos menores investimentos nos empreendimentos em construção Ivaí e Sant'Ana.

A Taesa encerrou os primeiros nove meses do ano com um caixa robusto de R\$ 1,8 bilhão e uma dívida líquida de R\$ 8,9 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, com um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, uma importante melhora quando comparado ao nível de 4,3x reportado doze meses antes.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve um alto índice de disponibilidade das linhas, em 99,95%, e uma parcela variável contábil de R\$ 30,3 MM no acumulado do ano, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de suas linhas de transmissão.

Seguimos dedicados e priorizando os nossos empreendimentos em construção. Concluímos os empreendimentos de ESTE em fevereiro, Aimorés em maio e Paraguaçu em julho e adiantamos uma parte de Sant'Ana em abril, que juntos adicionam uma RAP de cerca de R\$ 224,5 MM para a Companhia (ciclo 2022-2023). Os projetos de Ivaí e Sant'Ana se encontram em estágio avançado de execução, Ananaí teve seus investimentos iniciais e o contrato de concessão de Pitiquari, referente ao lote 2 arrematado no leilão de junho deste ano, foi assinado em 30 de setembro de 2022.

Por fim, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 45,2 MM (R\$ 0,13 / Unit) a título de dividendos intercalares, (ii) R\$ 113,4 MM (R\$ 0,33 / Unit) a título de dividendos intermediários referente a Reserva Especial de dividendos não distribuídos, e (iii) R\$ 206,8 MM (R\$ 0,60 / Unit) a título de juros sobre capital

próprio (JCP), totalizando R\$ 365,4 MM (R\$ 1,06 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 5 de dezembro de 2022, a partir da data base de 14 de novembro de 2022.



MISSÃO

Conectamos o Brasil com energia segura e confiável.



VISÃO

Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.



VALORES

Cuidamos genuinamente das **pessoas**.

Agimos com **integridade** construindo relações de **confiança**.

Buscamos a **excelência** em tudo o que fazemos.

A TAESA **somos nós!**

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado						
R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Receita Líquida IFRS	463,8	942,3	-50,8%	2.107,2	2.755,1	-23,5%
Lucro Líquido IFRS	302,5	536,9	-43,7%	1.426,4	1.790,6	-20,3%
Receita Líquida Reg.	583,9	497,5	17,4%	1.670,1	1.286,3	29,8%
EBITDA Reg.	498,1	421,0	18,3%	1.417,4	1.068,8	32,6%
Margem EBITDA Reg.	85,3%	84,6%	0,7 pp	84,9%	83,1%	1,8 pp
Dívida Líquida	6.925,3	5.936,5	16,7%	6.925,3	5.936,5	16,7%
Dividendos e JCP Pagos	506,7	-	-	1.307,0	1.028,5	27,1%

Consolidado e Participações						
R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Receita Líquida IFRS	752,3	1.354,0	-44,4%	3.305,0	4.218,2	-21,6%
Lucro Líquido IFRS	302,5	536,9	-43,7%	1.426,4	1.790,6	-20,3%
Receita Líquida Reg.	784,4	629,7	24,6%	2.137,1	1.628,0	31,3%
EBITDA Reg.	679,3	539,7	25,9%	1.840,3	1.371,1	34,2%
Margem EBITDA Reg.	86,6%	85,7%	0,9 pp	86,1%	84,2%	1,9 pp
Dívida Líquida	8.904,7	7.555,7	17,9%	8.904,7	7.555,7	17,9%
Dívida Líquida/EBITDA	3,7	4,3	-0,6 pp	3,7	4,3	-0,6 pp

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 302,5 MM no 3T22, registrando uma queda de 43,7% quando comparado ao mesmo período de 2021, devido principalmente a:
 - (i) Menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados (IGP-M: +0,10% no acumulado do 3T22 versus +2,05% no 3T21; IPCA: -0,37% no acumulado do 3T22 versus +2,38% no 3T21), com reflexo na receita de correção monetária do ativo contratual de todas as concessões da Companhia;
 - (ii) Redução na margem de implementação de infraestrutura em função da entrada em operação de Janaúba, Sant'Ana (parcial) e Aimorés e menores investimentos nos empreendimentos em construção (Sant'Ana e Ivaí). Estes efeitos foram compensados em parte pelos investimentos iniciais em Ananaí;
 - (iii) Os efeitos mencionados acima que afetaram as participações da TAESA foram responsáveis pela redução de 20,4% na equivalência patrimonial;
 - (iv) Os efeitos acima foram compensados por:
 - a. Redução de 62,8% no resultado financeiro decorrente dos menores índices macroeconômicos, principalmente a deflação do IPCA, compensado em parte pelo aumento do CDI e do volume médio da dívida;
 - b. Aumento de 35,4% na receita de remuneração do ativo contratual como resultado principalmente da entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, além do impacto da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses;

c. Aumento de 13,0% na receita de Operação e Manutenção explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP (2022-2023) e pela entrada em operação de Janaúba.

- Com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 45,2 MM (R\$ 0,13 / Unit) a título de dividendos intercalares, (ii) R\$ 113,4 MM (R\$ 0,33 / Unit) a título de dividendos intermediários referente a Reserva Especial de dividendos não distribuídos, e (iii) R\$ 206,8 MM (R\$ 0,60 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 365,4 MM (R\$ 1,06 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 5 de dezembro de 2022, a partir da data base de 14 de novembro de 2022.

RESULTADO REGULATÓRIO

- A receita líquida totalizou R\$ 583,9 MM no 3T22, registrando um crescimento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2021, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 e entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.
- O EBITDA totalizou R\$ 498,1 MM, apresentando um aumento anual de 18,3%. A margem EBITDA ficou em 85,3% no trimestre (+0,7pp contra 3T21).
- Crescimento de 147,5% na equivalência patrimonial, explicado pelas menores despesas financeiras em Ivaí, em função da deflação do IPCA, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 e pela entrada em operação de ESTE, Aimorés e Paraguaçu.
- Redução de 62,7% nas despesas financeiras líquidas, resultado basicamente da contração do índice IPCA, que registrou deflação no 3T22.
- Lucro líquido ficou em R\$ 373,7 MM no 3T22, 94,6% maior que o mesmo período do ano anterior.
- Em 30 de setembro de 2022, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 8.499,8 MM, uma redução de 0,2% contra o 2T22. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.574,5 MM (redução de 15,1% versus 2T22), resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.925,3 MM (aumento de 4,0% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 3,7x (em linha com 3,8x no 2T22).
- Índice de disponibilidade foi de 99,95% e uma Parcela Variável (PV) contábil de R\$ 30,3 MM, equivalente a 1,62% da RAP, no 9M22.

3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 41 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 12 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí e Pitiguari); e (iii) 19 participações (ETAU, AIE e TBE).

A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir do segundo trimestre de 2022, os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

Há 4 empreendimentos (Sant'Ana, Ivaí, Ananaí e Pitiguari) que estão em fase não operacional.

Em 27 de julho de 2022, o empreendimento de Paraguaçu obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de R\$ 78,6 milhões de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Paraguaçu é um empreendimento referente ao lote 3, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 157,3 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada nos estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 338 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Poções III à subestação Padre Paraíso 2.

Em 30 de junho de 2022, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL 01/2022, situado em Santa Catarina, com extensão de 92,7 km, sendo 66,7 km de circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 243,2 MM (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Pitiguari"), terá um prazo regulatório de 54 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 19,5 milhões a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30 de setembro de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 6 de maio de 2022, o empreendimento de Aimorés entrou em operação comercial, passando a adicionar o valor de R\$ 52,7 milhões de RAP para a Companhia de acordo com o ciclo RAP 2022-2023. Aimorés é um empreendimento referente ao lote 4, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, em que a Taesa participa em sociedade, na proporção igualitária de 50%. A concessão possui uma RAP total de R\$ 105,4 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada no estado de Minas Gerais, com extensão de 208 km de linha com tensão de 500 kV, interligando a subestação Padre Paraíso 2 à subestação Governador Valadares 6.

Em 1º de abril de 2022, o empreendimento de Sant'Ana obteve os termos de liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), ambas com tensão de 230 kV, e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3. Com isso, as instalações entraram em operação comercial com uma antecipação de quase 12 meses em relação ao prazo ANEEL, passando a adicionar para a Companhia uma RAP de mais de 23% da RAP total do empreendimento, retroativa a 28 de março de 2022. Sant'Ana é um empreendimento do lote 12, do leilão de transmissão nº 004/2018, realizado em dezembro de 2018, 100% controlada pela Taesa, e apresenta uma RAP total de R\$ 77,8 milhões para o ciclo 2022-2023 e um Capex ANEEL de R\$ 610 milhões. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, com extensão aproximadamente de 591 km de linhas de transmissão.

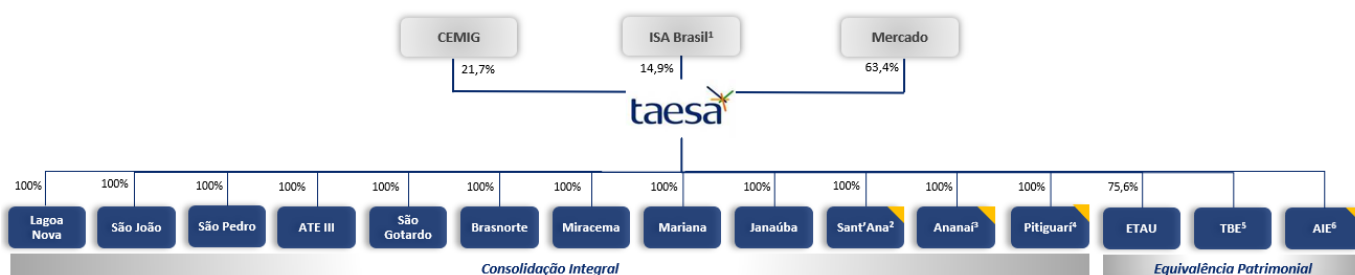
Em 18 de fevereiro de 2022, o empreendimento de ESTE obteve o termo de liberação pela ONS, o qual autoriza o recebimento de receita a partir de 9 de fevereiro de 2022, passando a adicionar para a Taesa uma RAP de R\$ 74,5 milhões (ciclo 2022-2023). ESTE é um empreendimento do lote 22, do leilão de transmissão nº 013/2015 (parte 2), realizado em outubro de 2016, 100% controlada pela subsidiária EATE, na qual a Taesa possui de 49,98% do capital social total. A ESTE possui uma RAP total de R\$ 149,0 milhões para o ciclo 2022-2023 e está localizada entre os

Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo a linha de transmissão LT 500 kV Mesquita - João Neiva 2, de cerca de 236 km de extensão, e a subestação SE 500/345 kV João Neiva 2.

Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1, o maior lote do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2021, situado entre os Estados de São Paulo e Paraná, com extensão de 363 km em circuito duplo e um investimento previsto de R\$ 1,75 bilhão (Capex ANEEL). O novo empreendimento, chamado de Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Ananaí"), terá um prazo regulatório de 60 meses para conclusão e acrescentará para a Companhia uma RAP de R\$ 159,9 MM (ciclo 2022-2023) a partir da sua entrada em operação. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31 de março de 2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

Em 1º de setembro de 2021, o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 257,6 MM de RAP para a Taesa (ciclo 2022-2023). Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).

Todos os valores de RAP mencionados acima estão adicionados de PIS/COFINS. Para maiores detalhes, vide seção 4.2.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Sant'Ana – Os trechos de LT 230 kV – Livramento 3 – Alegrete 2 (C1) e LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1) e parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 foram entregues com direito a RAP a partir de 28/3/2022.

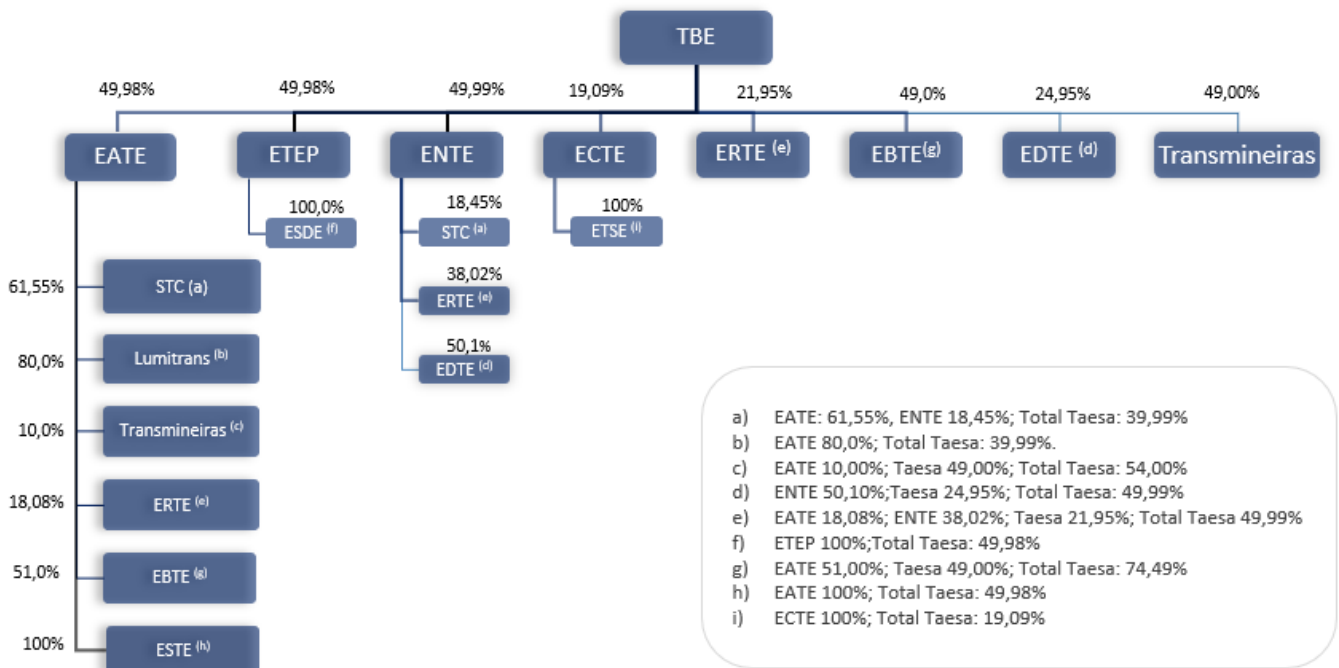
³ Ananaí corresponde ao Lote 1 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 02/2021. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 31/03/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁴ Pitiguari corresponde ao Lote 10 do Leilão de Transmissão ANEEL nº 01/2022. O empreendimento foi assumido formalmente pela Companhia em 30/09/2022, quando o contrato de concessão foi assinado.

⁵ TBE – Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. A gestão operacional das concessões Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE.

⁶ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 empreendimentos, cujo um, Aimorés, foi entregue em maio de 2022.

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar. Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

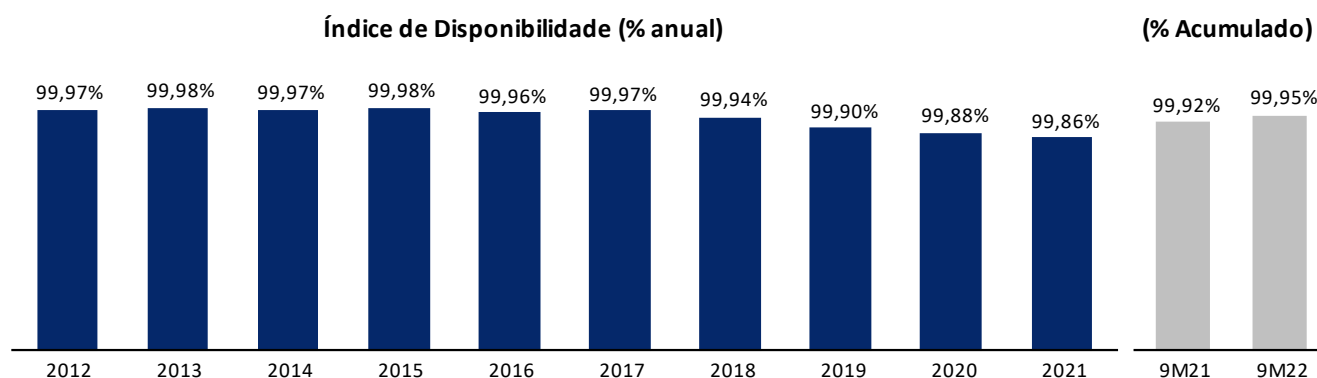
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

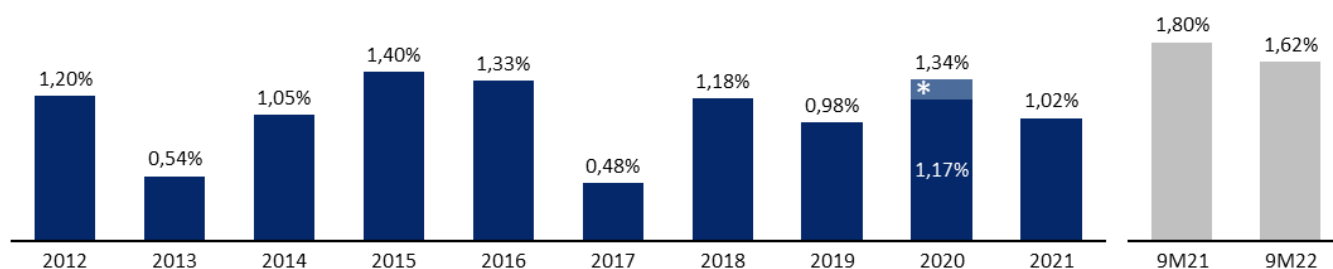
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, nos primeiros nove meses de 2022, um índice disponibilidade de 99,95%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(\text{Extensão da linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da linha} \times 8.760 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV contabilizada no 9M22 foi de R\$ 30,3 MM, o que representa 1,62% da RAP do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável deste ano foram os seguintes: (i) ATE: queda de torres na LT 525 kV Assis-Araraquara C1 SP, em outubro de 2021, decorrente de um evento climático severo, portanto, externo e alheio à Companhia; (ii) Novatrans: contabilização do desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021, por julgamento recente pela ANEEL do mérito indicando a cobrança da PV; e (iii) NTE: provisão de PV decorrente de um desligamento/intervenção no banco de transformadores da subestação SE Angelim II para realização de ampliação, reforço e melhoria. Devido a imprevisibilidade e inevitabilidade destes eventos fortuitos (i e ii), estes casos estão sendo discutidos em processos administrativos e judiciais.

4.2. Ciclo da RAP 2022-2023

Em 14 de julho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.067/2022 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2022-2023, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2022 até 30 de junho de 2023, afetando, portanto, o resultado da Taesa somente a partir do 3T22. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 10,72%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 11,73%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2020-2021	Ciclo 2021-2022	Ciclo 2022-2023
Ajuste IGP-M	6,5%	37,0%	10,7%
Novatrans	352,5	483,3	535,4
TSN ²	325,1	454,6	506,2
Munirah	29,0	29,9	33,1
GTESA	5,9	8,1	8,9
PATESA ²	17,4	23,9	26,7
ETAU ¹	29,9	39,1	43,2
ETEO	105,4	144,4	159,9
NTE	92,1	126,1	139,9
STE	50,6	69,5	77,2
ATE I	115,1	122,1	135,3
ATE II	275,5	273,6	211,8
EATE ¹	130,6	179,0	198,3
ETEP ¹	29,4	40,3	44,6
ENTE ¹	67,3	92,2	102,1
ECTE ¹	10,8	14,9	16,5
ERTE ¹	15,3	21,0	23,2
Lumitrans ¹	12,7	17,4	12,1
Transleste ¹	19,3	18,0	20,0
Transirapé ¹	22,2	29,4	23,5
Transudeste ¹	16,3	18,4	12,4
Subtotal	1.722,3	2.205,1	2.330,3
Ajuste IPC-A	1,9%	8,1%	11,7%
ATE III ²⁴	140,7	152,3	158,9
São Gotardo	5,7	6,2	6,9
Mariana	17,1	18,4	20,6
Miracema	70,5	77,4	86,4
Janaúba	217,9	235,4	257,6
Aimorés ¹	44,6	48,1	52,7
Paraguaçu ¹	66,5	71,9	78,6
Brasnorte	31,0	33,9	37,8
STC ¹⁴	20,0	21,7	18,0
EBTE ¹	40,1	44,5	48,5
ESDE ¹	7,5	8,1	9,1
ETSE ¹	4,3	5,0	6,5
ESTE ¹	63,0	68,1	74,5
Ivaí ¹³	165,0	178,3	199,2
EDTE ¹	38,8	41,9	46,1
Sant'Ana ³	64,4	69,6	77,8
São João	51,7	55,9	62,4
São Pedro	48,3	60,1	67,2
Lagoa Nova	13,3	14,4	16,1
Ananai ³		143,1	159,9
Pitiguari (Lote 10) ³			19,5
Subtotal	1.110,4	1.354,6	1.504,3
Total	2.832,6	3.559,7	3.834,5

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

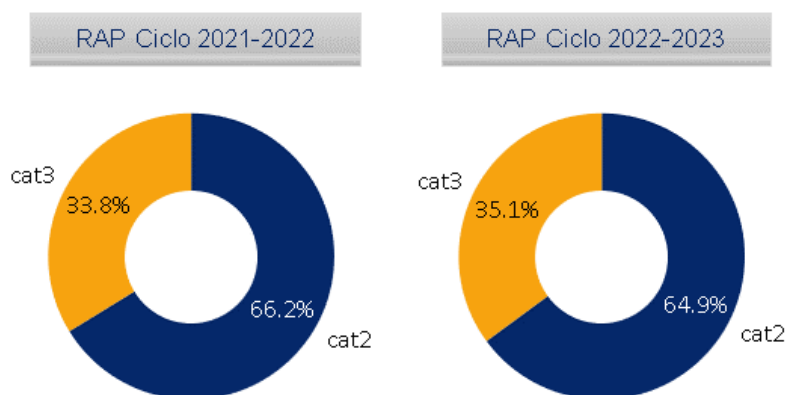
³ Em Construção

⁴ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2022-2023 é de R\$ 3.834,5 MM, sendo 47,8% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2022-2023 ficou em R\$ 3.528,9 MM, contra R\$ 2.981,7 MM para o ciclo 2021-2022, considerando a entrada em operação de ESTE em fevereiro, parcial de Sant'Ana em abril, Aimorés em maio, Paraguaçu em julho e de Ivaí em 2022, assim como a previsão de Sant'Ana no seu prazo regulatório (março de 2023).

O reajuste da RAP para o ciclo 2022-2023 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **ATE II, ATE III, Lumitrans, Transirapé, Transudeste e STC** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **TSN e PATESA** apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, EBTE, ETSE, ESTE e EDTE** apresentaram efeito de revisão tarifária; e (iv) **Brasnorte** apresentou efeito de revisão tarifária em seus reforços.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananai e Pitiguari (nova denominação do Lote 10) foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às demais concessões da tabela.



4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020, 2020-2021, 2021-2022 e 2022-2023, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO**: 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³**: 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% da RAP entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³**: 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³**: 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³**: 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans**: 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA**: 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE**: 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³**: 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³**: 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³**: 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE**: 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³**: 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah**: 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I**: 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste**: 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.
- **ATE II**: 100% da RAP da ATE II entrou no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste**: 100% da RAP da Transudeste entrou no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³**: 45,1% da RAP da Transirapé entrou no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.
- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrou no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrou no 16º ano de operação em 8/11/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, a seguinte concessão irá atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

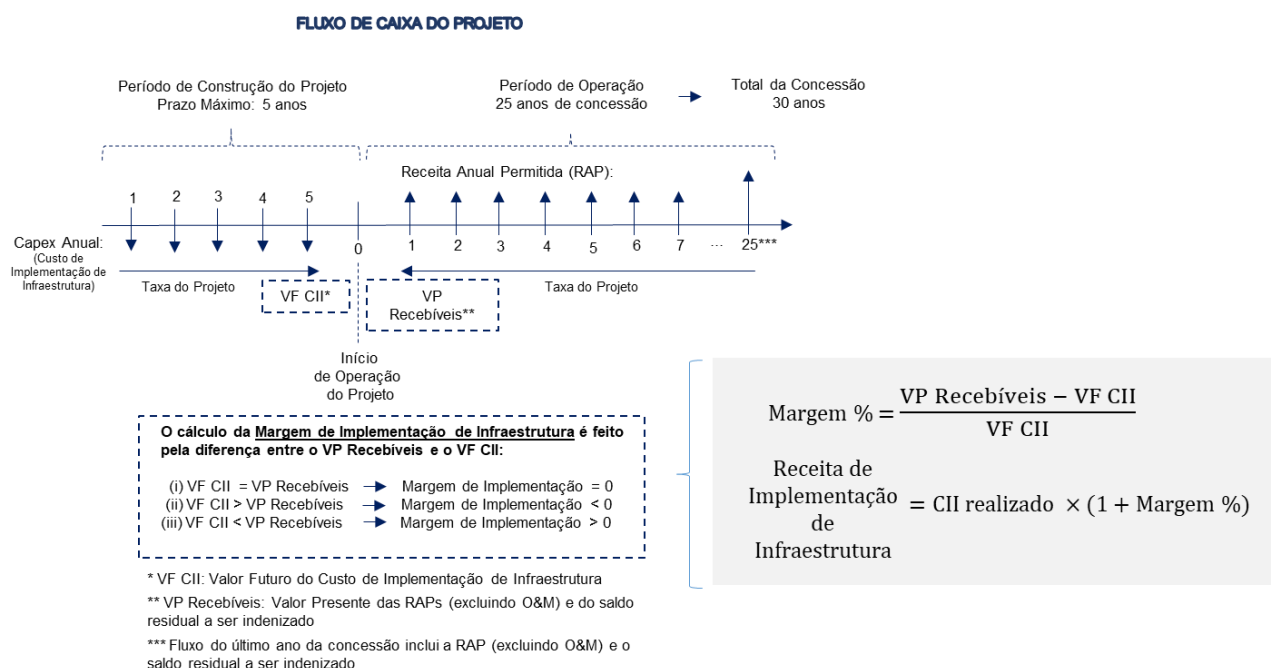
Notas:

1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

O Ativo de Contrato de Concessão é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto, que se refere ao custo de capital do ativo avaliado à época da sua aquisição.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo de Contrato de Concessão), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura constitui uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Em outras palavras, a receita de implementação é calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também os juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão. Portanto, no Ativo de Contrato de Concessão a margem de implementação impacta a Demonstração de Resultados do projeto.

A receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e é contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

Após a entrada em operação, o Ativo de Contrato passa a ser corrigido mensalmente pela inflação (IGP-M ou IPCA, de acordo com cada concessão), calculado pela correção monetária dos recebimentos futuros trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto. A receita de O&M é uma parcela da RAP destinada a remunerar a operação e a manutenção dos ativos da concessão.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício, líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.
- (v) Para o Exercício Social de 2021, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 408.098.711,76 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício.

É importante ressaltar que para o exercício social de 2021 e para os primeiros nove meses de 2022 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.624.798.410,03, sendo R\$ 1.604.386.029,86 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de setembro de 2022, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 82.276.290,96, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 (Margem de Construção) são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T22 foi de R\$ 463,8 MM, 50,8% menor que o 3T21, em função principalmente da redução da receita de implementação de infraestrutura, dado os menores investimentos nas concessões de Janaúba e Sant'Ana, e da queda na receita de correção monetária motivada pela contração dos índices inflacionários entre os períodos comparados.

A Receita Líquida IFRS do 9M22 foi de R\$ 2.107,2 MM, 23,5% menor que o registrado no 9M21.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2022 foram: IGP-M de 0,59%, 0,21% e -0,70% (acumulado +0,10%), e IPCA de 0,67%, -0,68% e -0,36% (acumulado -0,37%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2022, respectivamente. No terceiro trimestre de 2021, o IGP-M foi de 0,60%, 0,78% e 0,66% (acumulado +2,05%), e IPCA de 0,53%, 0,96% e 0,87% (acumulado +2,38%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2021, respectivamente.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Operação e manutenção	266,0	235,4	13,0%	745,7	585,5	27,4%
Remuneração do ativo contratual de concessão	269,4	199,0	35,4%	787,5	572,9	37,5%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(81,3)	176,7	n/a	598,3	982,6	-39,1%
Implementação de infraestrutura	51,5	408,4	-87,4%	147,5	827,4	-82,2%
Total Receitas IFRS	505,7	1.019,6	-50,4%	2.279,1	2.968,3	-23,2%
Parcela variável	(2,6)	(14,7)	-82,1%	(30,3)	(25,9)	16,8%
Outras receitas operacionais	7,3	25,5	-71,2%	37,2	37,4	-0,5%
Receita operacional bruta	510,4	1.030,4	-50,5%	2.286,0	2.979,8	-23,3%
PIS e COFINS	(21,9)	(69,7)	-68,6%	(115,1)	(173,6)	-33,7%
ISS	(0,1)	(0,1)	-4,9%	(0,3)	(0,4)	-24,4%
ICMS	-	(0,1)	-100,0%	(0,0)	(0,1)	-76,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,6)	(18,1)	35,7%	(63,4)	(50,5)	25,4%
Deduções da receita operacional bruta	(46,6)	(88,0)	-47,1%	(178,8)	(224,7)	-20,4%
Receita operacional líquida	463,8	942,3	-50,8%	2.107,2	2.755,1	-23,5%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 13,0% da receita de O&M se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023, de 10,72% no IGP-M e 11,73% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2021 a maio de 2022, conforme Resolução Homologatória nº 3.067/2022, além do impacto positivo com a entrada em operação de Janaúba em 1º de setembro de 2021.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O crescimento de 35,4% na comparação anual se deve principalmente à entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, além do impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos últimos doze meses que mais que compensou a queda natural desta receita em função da amortização do ativo pelos recebimentos.

- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de R\$ 258 MM em razão da contração dos índices de inflação IGP-M e IPCA registrados nos períodos comparados (+0,10% no acumulado do 3T22 versus +2,05% no 3T21 no IGP-M e -0,37% no acumulado do 3T22 versus +2,38% no 3T21 no IPCA), conforme apresentado mais acima.
- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. A redução anual de 87,4% na receita de implementação se deve basicamente à entrada em operação de Janaúba e aos menores investimentos em Sant'Ana entre os períodos comparados. Estes efeitos foram compensados em parte pelos investimentos iniciais em Ananaí.
- **Parcela variável (PV):** A redução de R\$ 12,1 MM entre os trimestres refere-se basicamente a maiores provisões de eventos com parcela variável registradas no 3T21 nas concessões Novatrans e ETEO.
- **Outras receitas operacionais:** A redução de 71,2% na comparação anual é explicada pela contabilização de R\$ 19,6 MM nesta linha do resultado do 3T21 referente à receita de Janaúba, que entrou em operação nesta época, quando o ativo contratual ainda não havia sido iniciado.
- **Deduções da receita bruta:** Houve uma redução de 47,1% na comparação entre o 3T22 e 3T21 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15), sendo compensado em parte pelo aumento dos encargos setoriais calculados com base na receita regulatória, principalmente em Janaúba. Para maiores detalhes vide seção 4.8.

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 185,2 MM no 3T22, 21,0% menor quando comparado ao 3T21.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram nos primeiros nove meses R\$ 449,9 MM, 30,9% menor quando comparado ao 9M21.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	3T22	3T21	Var. %	9M22	9M21	Var. %
Pessoal	(57,3)	(48,2)	19,0%	(155,8)	(134,3)	16,0%
Material	(97,4)	(156,4)	-37,7%	(185,0)	(421,3)	-56,1%
Serviço de terceiros	(20,5)	(20,9)	-1,8%	(64,6)	(56,7)	14,0%
Outros	(4,1)	(3,0)	37,3%	(19,7)	(14,8)	33,2%
Total	(179,4)	(228,5)	-21,5%	(425,1)	(627,1)	-32,2%
Depreciação e amortização	(5,8)	(6,0)	-3,9%	(19,7)	(16,5)	19,5%
Total	(185,2)	(234,5)	-21,0%	(444,9)	(643,6)	-30,9%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 19,0% na comparação entre o 3T22 e o 3T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2022-2023 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro, programa de meritocracia e a entrada em operação de Janaúba.
- **Material:** A redução anual de 37,7% se deve, principalmente, aos menores investimentos nos empreendimentos de Janaúba (-R\$ 97,9 MM) e Sant'Ana (-R\$ 15,5 MM), em função da entrada em operação em setembro de 2021 e abril de 2022 (parcial), respectivamente. Estes efeitos foram compensados em parte pelos investimentos iniciais em Ananai (+R\$ 49,6 MM).
- **Serviços de terceiros:** A redução de 1,8% na comparação anual foi influenciada basicamente por (i) alterações nos cronogramas de execução dos serviços de limpeza de faixa de servidão, que ficou concentrada no 2T22 e 3T21, (ii) redução nos gastos com serviços jurídicos, e (iii) menores despesas com limpeza e conservação predial. Esses efeitos foram compensados por maiores despesas com estudos e assessoria para participação nos leilões de transmissão e com viagens.
- **Outros:** O aumento de R\$ 1,1 MM no 3T22, se deve, principalmente, ao recebimento de indenizações referentes as aquisições de São Pedro e São João ocorrido no 3T21 e maiores despesas com seguros neste trimestre. Estes efeitos foram compensados em parte por menores indenizações cíveis, fiscais e trabalhistas.
- **Depreciação e amortização:** A redução anual de 3,9% é explicada pela depreciação do contrato de aluguel de escritório administrativo no 3T21, que foi antecipada no trimestre passado e, portanto, não gerando impacto neste trimestre.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 3T22, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 284,4 MM com margem EBITDA de 61,3%. A queda de 60,2% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicada pela menor receita de correção monetária do ativo contratual, em função da contração do IGP-M e principalmente da deflação registrada no IPCA, e pela redução da margem de implementação de infraestrutura, seguindo os menores investimentos nos empreendimentos de Janaúba e Sant'Ana, que entraram em operação comercial. Estes efeitos foram compensados em parte pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Remuneração do Ativo Contratual, impactados positivamente pela entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)						
R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Receita líquida	463,8	942,3	-50,8%	2.107,2	2.755,1	-23,5%
Custos e despesas	(179,4)	(228,5)	-21,5%	(425,1)	(627,1)	-32,2%
EBITDA	284,4	713,8	-60,2%	1.682,0	2.128,0	-21,0%
Margem EBITDA	61,3%	75,8%	-14,4 pp	79,8%	77,2%	2,6 pp

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T22 alcançou R\$ 583,9 MM, 17,4% maior que o registrado no 3T21, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo 2022-2023 da RAP e entrada em operação de Janaúba e parcial de Sant'Ana, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 9M22 somou R\$ 1.670,1 MM, apresentando um aumento anual de 29,8%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 15,2% entre o 3T22 e o 3T21 é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021 e entrada parcial de Sant'Ana em abril de 2022. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões ATE II e ATE III (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) registrou R\$ 2,6 MM, apresentando, portanto, uma redução de 82,1% na comparação entre o 3T22 e o 3T21 em função basicamente das maiores provisões de eventos com parcela variável registradas no 3T21 nas concessões Novatrans e ETEO.

Outras receitas operacionais ficaram praticamente em linha na comparação anual.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
RAP Concessionárias	645,1	559,9	15,2%	1.865,2	1.439,5	29,6%
Parcela Variável	(2,6)	(14,7)	-82,1%	(30,3)	(25,9)	16,8%
Receita do Serviço	642,5	545,2	17,8%	1.834,9	1.413,6	29,8%
Outras receitas operacionais	0,5	0,4	21,7%	0,8	1,1	-23,0%
Receita operacional bruta	642,9	545,6	17,8%	1.835,7	1.414,7	29,8%
PIS e COFINS	(34,4)	(29,8)	15,5%	(101,9)	(77,3)	31,8%
ISS	(0,1)	(0,1)	-4,9%	(0,3)	(0,4)	-24,4%
ICMS	-	(0,1)	-100,0%	(0,0)	(0,1)	-76,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24,6)	(18,1)	35,7%	(63,4)	(50,5)	25,4%
Total Deduções	(59,1)	(48,1)	22,9%	(165,6)	(128,4)	29,0%
Receita operacional líquida	583,9	497,5	17,4%	1.670,1	1.286,3	29,8%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 158,6 MM no 3T22, 12,7% maior quando comparado ao 3T21. Os custos de PMSO somaram R\$ 85,8 MM, registrando um aumento anual de 12,1%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização nos primeiros nove meses do ano alcançaram R\$ 468,9 MM, 14,6% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram R\$ 252,7 MM no 9M22, registrando um aumento de 16,2%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Pessoal	(57,3)	(48,2)	19,0%	(155,8)	(134,3)	16,0%
Material	(1,7)	(1,7)	1,0%	(4,1)	(4,1)	2,2%
Serviço de terceiros	(20,5)	(20,9)	-1,8%	(64,6)	(56,7)	14,0%
Outros	(6,2)	(5,7)	8,5%	(28,1)	(22,4)	25,2%
Total	(85,8)	(76,5)	12,1%	(252,7)	(217,5)	16,2%
Depreciação e amortização	(72,8)	(64,2)	13,4%	(216,3)	(191,6)	12,9%
Total	(158,6)	(140,8)	12,7%	(468,9)	(409,1)	14,6%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças na linha de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 85,8 MM no 3T22 (+12,1% versus 3T21), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 19,0% na comparação entre o 3T22 e o 3T21 é explicado principalmente pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 11,73%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2022-2023 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além do aumento de quadro, programa de meritocracia e a entrada em operação de Janaúba.
- **Material:** As despesas com material ficaram praticamente estável na comparação anual.
- **Serviços de Terceiros:** A redução de 1,8% na comparação anual foi influenciada basicamente por (i) alterações nos cronogramas de execução dos serviços de limpeza de faixa de servidão, que ficou concentrada no 2T22 e 3T21, (ii) redução nos gastos com serviços jurídicos, e (iii) menores despesas com limpeza e conservação predial. Esses efeitos foram compensados por maiores despesas com estudos e assessoria para participação nos leilões de transmissão e com viagens.
- **Outros:** O aumento no 3T22 de 8,5% se deve, principalmente, ao recebimento de indenizações referentes as aquisições de São Pedro e São João ocorrido no 3T21 e maiores despesas com seguros neste trimestre. Estes efeitos foram compensados em parte por menores despesas com aluguéis e indenizações cíveis, fiscais e trabalhistas.

O aumento de 13,4% na linha de depreciação e amortização, na comparação entre o 3T22 e o 3T21, refere-se basicamente à entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e parcial de Sant'Ana em abril de 2022.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T22 atingiu R\$ 498,1 MM, 18,3% maior que o registrado no 3T21 e uma margem EBITDA de 85,3% (+0,7pp versus 3T21). Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA) e a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021 e parcial de Sant'Ana em abril de 2022 explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

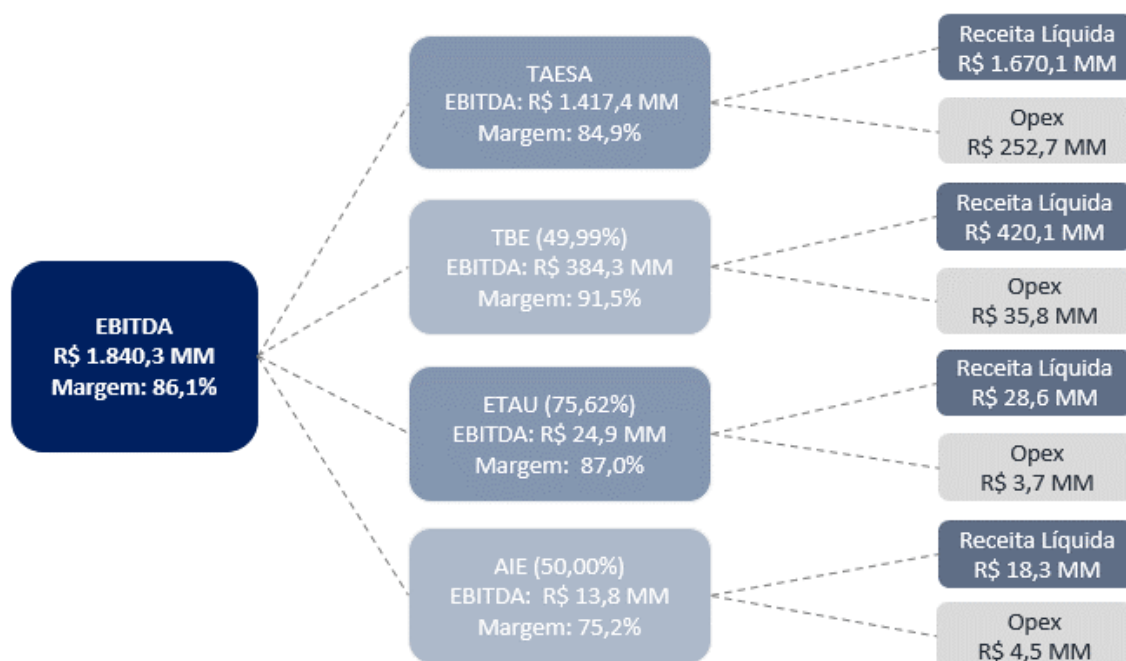
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Receita líquida	583,9	497,5	17,4%	1.670,1	1.286,3	29,8%
Custos e despesas	(85,8)	(76,5)	12,1%	(252,7)	(217,5)	16,2%
EBITDA	498,1	421,0	18,3%	1.417,4	1.068,8	32,6%
Margem EBITDA	85,3%	84,6%	0,7 pp	84,9%	83,1%	1,8 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório dos primeiros nove meses de 2022 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE*).



* A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE.

4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T22 totalizou R\$ 118,2 MM, 20,4% menor que o 3T21. Já nos primeiros nove meses de 2022, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 554,9 MM, 12,4% menor que o mesmo período de 2021.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
ETAU	4,7	(2,6)	-	19,3	21,5	-10,1%
TBE	49,0	117,6	-58,3%	360,4	490,7	-26,6%
Aimorés	(0,9)	6,3	-	58,4	16,6	252,2%
Paraguaçu	41,3	12,8	223,5%	70,7	27,6	155,9%
Ivaí	24,1	14,3	68,6%	46,1	77,4	-40,5%
Total Equivalência Patrimonial	118,2	148,4	-20,4%	554,9	633,8	-12,4%

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

A redução de 20,4% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 3T22 e o 3T21, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função de um menor IGP-M e IPCA, com maior impacto na TBE e em Aimorés; e (ii) menores investimentos em Ivaí, Aimorés e TBE (ESTE). Estes efeitos foram compensados em parte por (i) menores despesas financeiras em Ivaí, impactada pela deflação do IPCA acumulada no período, (ii) maiores investimentos no projeto de Paraguaçu entre os períodos comparados, e (iii) contabilização da correção monetária acumulada durante o período da construção de Paraguaçu, alocada na receita de implantação de infraestrutura do projeto assim que ele entra em operação.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T22 totalizou R\$ 81,2 MM, 147,5% maior que o registrado no 3T21. Nos primeiros nove meses de 2022, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 144,9 MM, 38,9% maior que o registrado no 9M21.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
ETAU	5,9	4,1	43,7%	8,1	16,9	-52,2%
TBE	85,6	72,1	18,6%	226,1	187,4	20,6%
Aimorés	4,0	(0,2)	-	8,3	(0,2)	-
Paraguaçu	2,4	(0,3)	-	2,4	(0,3)	-
Ivaí	(3,0)	(29,3)	-89,8%	(59,0)	(58,5)	0,9%
Resultado das Controladas	94,8	46,4	104,2%	185,8	145,2	28,0%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	81,2	32,8	147,5%	144,9	104,3	38,9%

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T22 apresentou um aumento de R\$ 48,4 MM na comparação anual. Este desempenho é explicado pelas (i) menores despesas financeiras na concessão de Ivaí em função da deflação do IPCA, (ii) reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2022-2023 (10,72% em IGP-M e 11,73% em IPCA), e (iii) entrada em operação de ESTE (TBE), Aimorés e Paraguaçu. Estes efeitos foram compensados em parte pelas maiores despesas financeiras da TBE, motivado pelas novas captações no Grupo e pelas provisões de PVA devido ao atraso na entrega dos projetos de Aimorés e Paraguaçu.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 85,8 MM no 3T22, 62,8% menor que o registrado no 3T21. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 85,6 MM, 62,7% menor na comparação anual.

Nos primeiros nove meses de 2022 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 574,5 MM, apresentando uma redução de 2,1% contra 9M21. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 576,0 MM, 1,4% menor que o mesmo período de 2021.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Receitas Financeiras	54,6	8,7	529,2%	124,6	20,2	515,5%
Renda de aplicação financeira	54,6	8,7	529,2%	124,6	20,2	515,5%
Despesas Financeiras	(140,4)	(239,0)	-41,3%	(699,1)	(606,8)	15,2%
Juros incorridos	(165,2)	(110,1)	50,0%	(474,0)	(295,5)	60,4%
Variações monetárias e cambiais	46,7	(125,3)	n/a	(187,9)	(296,5)	-36,6%
Ajuste ao valor justo	(11,2)	(0,0)	n/a	(11,2)	(0,0)	n/a
Arrendamento	(0,2)	(0,7)	-74,4%	(0,8)	(2,1)	-62,0%
Outras despesas/receitas financeiras	(10,5)	(2,9)	264,1%	(25,3)	(12,8)	97,6%
Total IFRS	(85,8)	(230,4)	-62,8%	(574,5)	(586,6)	-2,1%

O aumento anual de R\$ 45,9 MM nas Receitas Financeiras ocorreu em função de aumento no volume de caixa aplicado, decorrente da 12ª emissão de debêntures no valor de R\$ 1.250 MM e o aumento do CDI entre os períodos comparados (3,26% no 3T22 x 1,21% no 3T21).

O crescimento de 50,0% na linha de juros incorridos se deve, basicamente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 11ª e 12ª emissões de debêntures e pelo aumento do CDI entre os períodos, compensado em parte, pela deflação registrada entre os períodos comparados (IPCA de -1,32% no 3T22 x 3,02% no 3T21).

A redução anual de R\$ 172,0 MM na linha de variações monetárias e cambiais é explicada pela deflação registrada entre os períodos comparados associado ao aumento da dívida bruta indexada ao IPCA.

A redução anual de R\$ 11,2 MM na linha de ajuste ao valor justo é decorrente da liquidação antecipada da dívida 4.131, marcada a mercado.

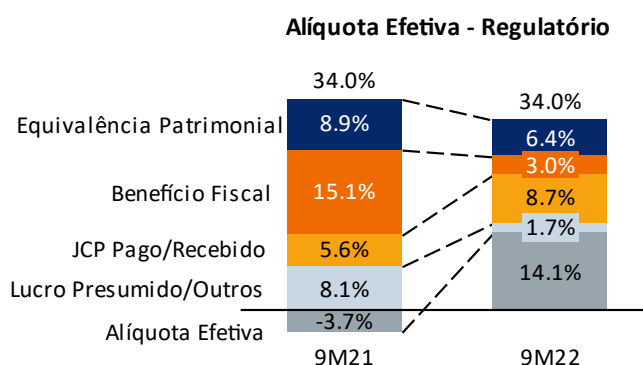
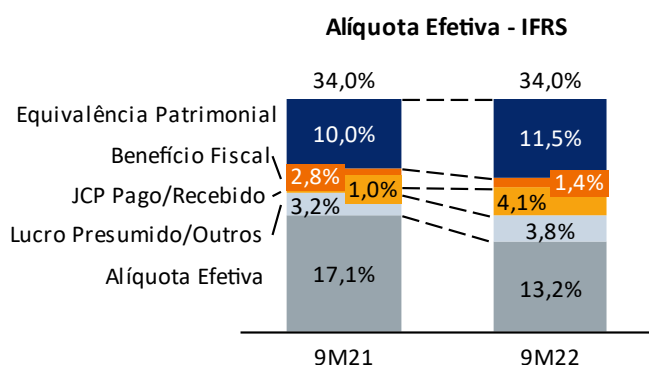
A linha de outras despesas financeiras apresentou um crescimento de R\$ 7,6 MM na comparação anual explicado, basicamente, pelo PIS/COFINS sobre uma maior receita financeira entre os períodos comparados e o pagamento de multas.

4.15. Impostos

A redução de 90,3% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 3T22 e 3T21 é explicada basicamente pela queda no lucro antes dos impostos e pelo pagamento de JCP neste trimestre. Estes efeitos foram compensados em parte pelo menor aproveitamento do benefício fiscal SUDAM/SUDENE e pela queda no lucro das empresas que possuem tributação em regime de lucro presumido, principalmente em Sant'Ana.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Lucro antes do Impostos	311,0	625,9	-50,3%	1.642,7	2.158,7	-23,9%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(105,8)	(212,8)	-50,3%	(558,5)	(734,0)	-23,9%
Equivalência Patrimonial	40,2	50,5	-20,4%	188,7	215,5	-12,4%
SUDAM/SUDENE	(9,8)	42,4	n/a	23,5	60,0	-60,9%
JCP Pago/Recebido	67,3	-	n/a	67,3	22,1	204,5%
Empresas Lucro Presumido	(4,3)	31,6	n/a	62,9	76,5	-17,8%
Outros	3,7	(0,6)	n/a	(0,1)	(8,2)	-99,0%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(8,6)	(89,0)	-90,3%	(216,3)	(368,1)	-41,2%
Alíquota Efetiva	2,8%	14,2%	-11,5 pp	13,2%	17,1%	-3,9 pp

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Lucro antes do Impostos	420,9	159,9	163,2%	770,0	396,9	94,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(143,1)	(54,4)	163,2%	(261,8)	(135,0)	94,0%
Equivalência Patrimonial	27,6	11,2	147,5%	49,3	35,5	38,9%
SUDAM/SUDENE	(9,8)	42,4	n/a	23,5	60,0	-60,9%
JCP Pago/Recebido	67,3	-	n/a	67,3	22,1	204,5%
Empresas Lucro Presumido	20,6	9,6	113,8%	34,6	23,7	46,2%
Outros	(9,8)	23,4	n/a	(21,2)	8,5	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(47,2)	32,2	n/a	(108,4)	14,8	n/a
Alíquota Efetiva	11,2%	-20,1%	31,3 pp	14,1%	-3,7%	17,8 pp



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE*	"Real"	"Sudene"	62%	2032	1,65%	7,60%
ERB1	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

*Concessão do benefício fiscal da SUDENE para ESTE depende da conexão do ativo ao SIN, condicionada à conclusão de um empreendimento controlado por terceiros.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

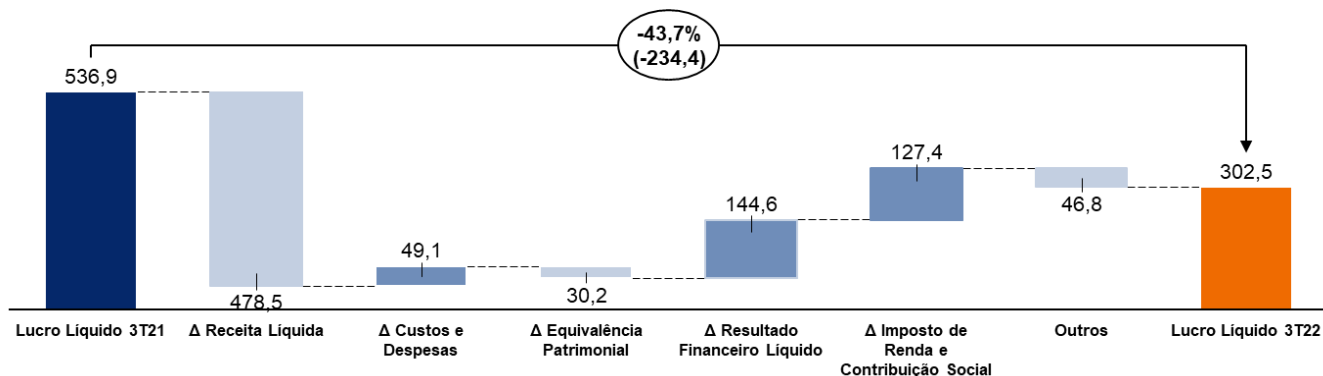
Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

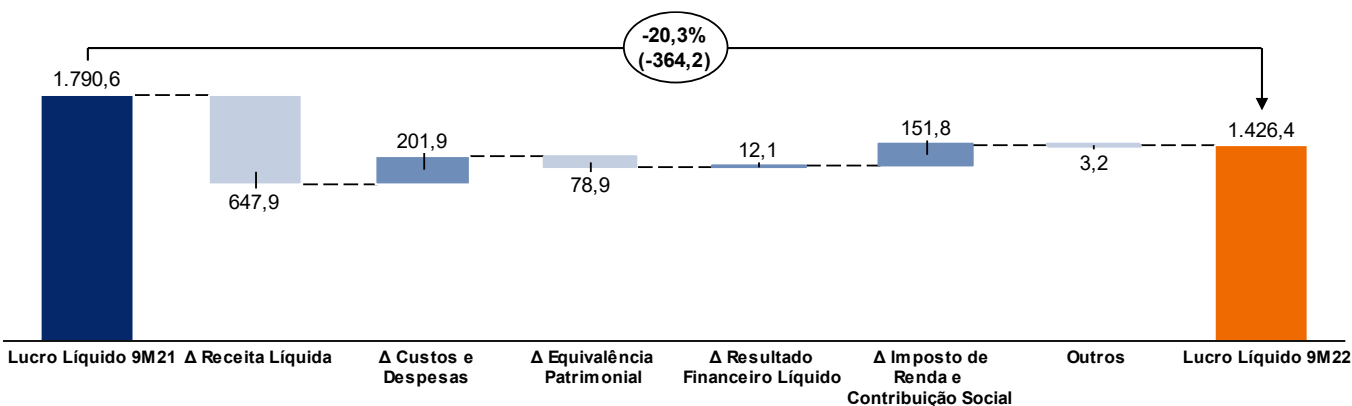
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 302,5 MM no 3T22, apresentando uma redução de 43,7% que o registrado no 3T21. Nos primeiros nove meses de 2022, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 1.426,4 MM, 20,3% menor que o mesmo período de 2021.

Lucro Líquido IFRS – 3T22:



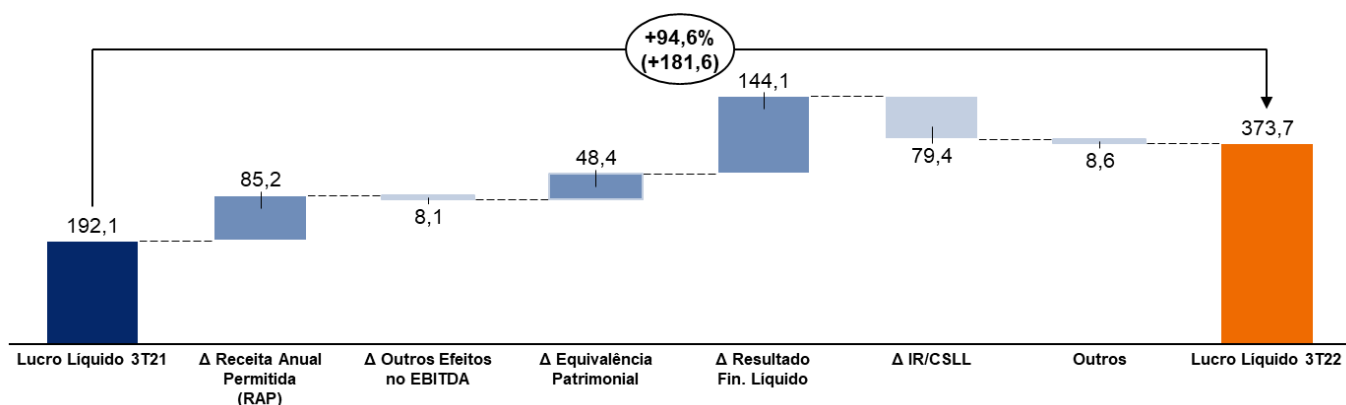
Lucro Líquido IFRS – 9M22:



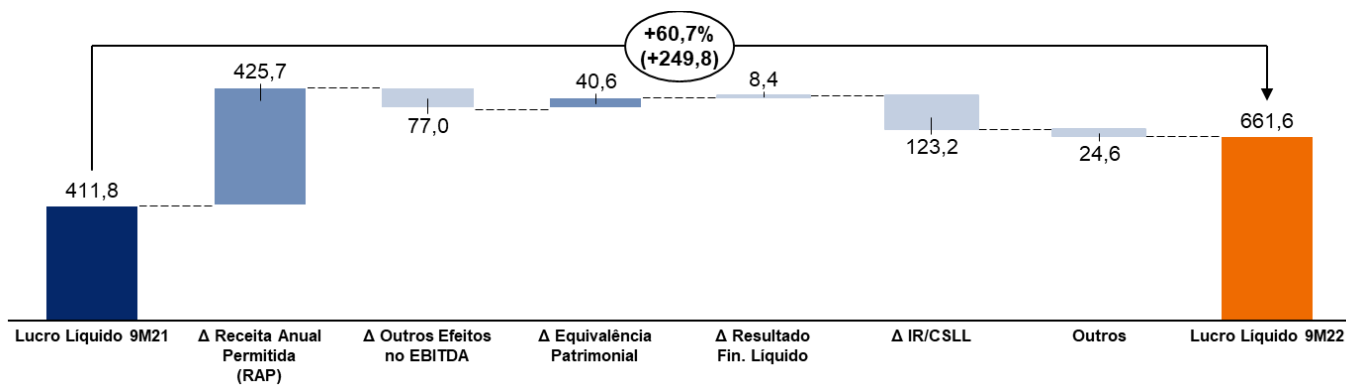
Resultado do 3º trimestre de 2022

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 373,7 MM no 3T22, apresentando um aumento anual de 94,6%. Já no 9M22, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 661,6 MM, 60,7% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 3T22:



Lucro Líquido Regulatório – 9M22:

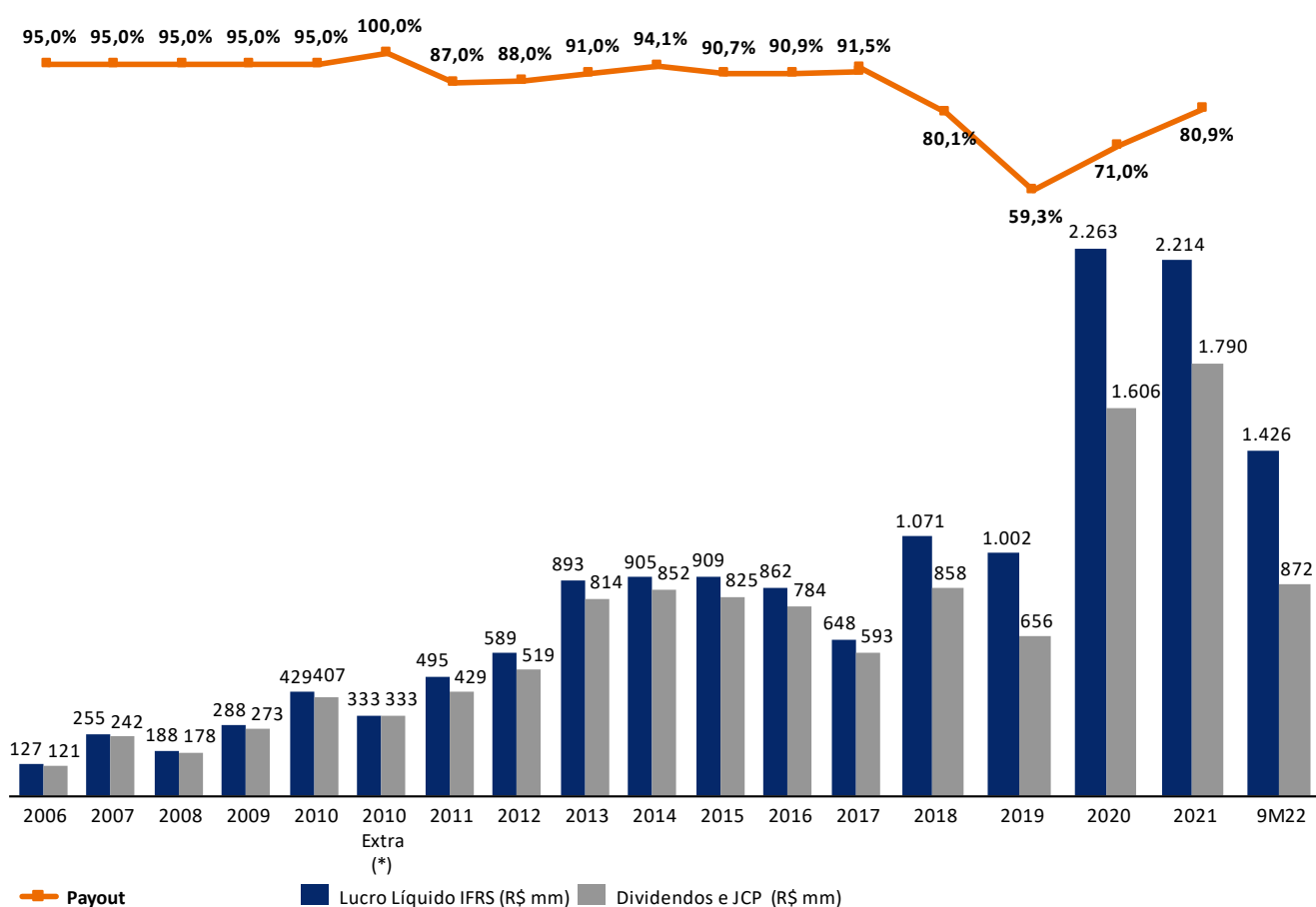


4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 31 de maio de 2022, a Taesa pagou o total de R\$ 800,3 MM (R\$ 2,32 / Unit) segregados da seguinte forma: (i) R\$ 147,0 MM a título de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes de 2021 e R\$ 653,3 MM a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2021. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2021 foi de R\$ 1.789,9 MM, registrando um payout de 80,9%.

No dia 26 de agosto de 2022, a Taesa pagou o total de (i) R\$ 308,8 MM (R\$ 0,90 / Unit) a título de dividendos intercalares, e (ii) R\$ 197,9 MM (R\$ 0,57 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 506,7 MM (R\$ 1,47 / Unit), com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2022.

Adicionalmente, com base nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou hoje a distribuição de (i) R\$ 45,2 MM (R\$ 0,13 / Unit) a título de dividendos intercalares, (ii) R\$ 113,4 MM (R\$ 0,33 / Unit) a título de dividendos intermediários referente a Reserva Especial de dividendos não distribuídos, e (iii) R\$ 206,8 MM (R\$ 0,60 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), totalizando R\$ 365,4 MM (R\$ 1,06 / Unit). O pagamento ocorrerá no dia 5 de dezembro de 2022, a partir da data base de 14 de novembro de 2022.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 3T22, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 8.499,8 MM, 0,2% menor que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 1.574,5 MM, registrando uma queda de 15,1% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.925,3 MM, 4,0% maior que o 2T22.

R\$ MM

Dívida Líquida	3T22	% Dív Bruta	2T22	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	706,3	8,3%	865,4	10,2%	-18,4%
Taxa Fixa	4,2	0,0%	6,4	0,1%	-34,7%
CDI	105,3	1,2%	421,4	4,9%	-75,0%
IPCA	596,8	7,0%	437,6	5,1%	36,4%
Longo Prazo	7.793,5	91,7%	7.649,5	89,8%	1,9%
Taxa Fixa	0,0	0,0%	0,1	0,0%	-21,4%
CDI	2.357,9	27,7%	1.994,9	23,4%	18,2%
IPCA	5.435,6	63,9%	5.654,6	66,4%	-3,9%
Endividamento Total	8.499,8	100,0%	8.515,0	100,0%	-0,2%
(-) Caixa e Aplicações *	(1.574,5)		(1.853,4)		-15,1%
(=) Dívida Líquida	6.925,3		6.661,5		4,0%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 3T22 a dívida bruta totalizou R\$ 8.499,8 MM e o caixa R\$ 1.574,5 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 6.925,3 MM. A dívida bruta se manteve praticamente em linha na comparação sequencial em função da deflação registrada pelo IPCA (-1,32% no 3T22), compensado pelo CDI de +3,26% no período, levando em consideração que aproximadamente 72% da dívida está atrelada à IPCA e o restante à CDI.

A redução de 15,1% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicada principalmente pela distribuição de dividendos e JCP no valor de R\$ 507 MM e pagamento de juros da 4ª, 5ª e 11ª emissões de debêntures no valor de R\$ 101 MM. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela geração de caixa operacional, além do aumento do CDI no período.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 10.742,3 MM e o caixa de R\$ 1.837,6 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.137,3 MM e caixa/aplicações de R\$ 171,5 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 2,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 21,6 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.102,8 MM e caixa/aplicações de R\$ 70,0 MM.

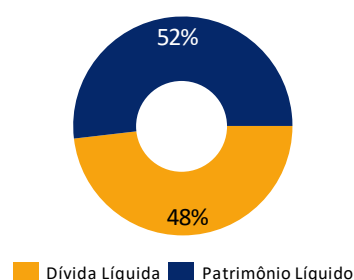
Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 3,7x no 3T22, abaixo do valor registrado no 2T22 (3,8x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 3,7x no 3T22 em linha com o valor de 3,7x registrado no 2T22.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	8.499,8	1.574,5	6.925,3
ETAU (75,6%)	2,4	21,6	-19,2
TBE (49,99%)	1.137,3	171,5	965,8
AIE (50%)	1.102,8	70,0	1.032,8
TOTAL	10.742,3	1.837,6	8.904,7

Nota: A gestão operacional das concessões Transirapé, Transudeste e Transleste (em conjunto, "Transmineiras") passou a ser realizada pelo grupo TBE. A partir deste trimestre os resultados das Transmineiras serão incorporados ao resultado da TBE. Para fins de comparação, os respectivos trimestres do ano anterior também sofrerão este ajuste proforma.

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



Resultado do 3º trimestre de 2022

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	950.324	46.518	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	333.761	631	IPCA + 4,41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	659.948	8.285	IPCA + 5,9526%	AAA.br	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	441.453	45.080	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	248.585	5.354	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	IPCA	595.116	85.138	IPCA + 4,50%	AAA.br	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	367.120	5.365	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	CDI	645.448	36.297	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	107.358	2.021	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	11ª Debêntures	CDI	148.880	4.520	CDI + 1,18%	AAA.br	Mai/2025	Semestral	2
	11ª Debêntures	CDI	648.880	19.841	CDI + 1,36%	AAA.br	Mai/2027	Semestral	2
	12ª Debêntures	IPCA	616.275	13.945	IPCA + 5,60%	AAA.br	Abr/2029	Bullet	1
	12ª Debêntures	IPCA	285.483	6.816	IPCA + 5,75% a.a.	AAA.br	Abr/2032	Anual	1
	12ª Debêntures	IPCA	303.903	7.357	IPCA + 5,85%	AAA.br	Abr/2037	Anual	1
	SWAP - Citibank*	CDI	363.375	0	CDI + 0,65% a.a.	-	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	109.043	0	IPCA + 3,995% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	109.040	0	IPCA + 3,99% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	54.549	0	IPCA + 3,94% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	54.457	0	IPCA + 3,91% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	53.808	0	IPCA + 3,66% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	53.304	0	IPCA + 3,59% a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
SGT	FINAME	pré-fix	635	1	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	2.855	4	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	103	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
Janaúba	FINAME	pré-fix	612	1	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	239.976	2.353	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	IPCA	750.631	11.048	IPCA + 4,8295% a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	52.061	2.243	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	2.374	1	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	7ª Debêntures	CDI	6.944	16	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.801	3.968	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.742	7.104	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	10ª Debêntures	CDI	54.689	3.061	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EBTE	1ª Debentures	CDI	12.280	28	112% CDI	-	jun/2023	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	37.125	2.647	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	3ª Debentures	CDI	33.302	1.866	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	154.134	42.696	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	5ª Debêntures	CDI	9.528	281	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	13.429	160	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.515	678	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	7ª Debêntures	CDI	11.386	638	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.943	735	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.814	606	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	14.883	835	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ETEP	3ª Debêntures	CDI	4.127	9	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.728	545	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.911	1.776	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	5ª Debêntures	CDI	17.370	974	CDI + 1,8%	-	mai/2027	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	269.273	2.161	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	3.212	16	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	914	74	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	26.914	1.919	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.049	67	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	1.715	2	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BNDES	pré-fix	1.610	77	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
IVAI	1ª Debêntures	IPCA	959.886	142.942	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			10.223.581	518.702					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 9M22 a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 426,4 MM contra R\$ 818,9 MM investidos no 9M21, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 47,9% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos nos projetos de Ivaí, Janaúba, Sant'Ana e ESTE, principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, alguns deles já concluídos, compensado em parte por maiores investimentos em Paraguaçu, Ananaí e Aimorés.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)								9M22	TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	-	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	162.130	-	974.246
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	15.751	37.394	208.618
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	40.506	92.716	363.396
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	348.458	123.049	918.236
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	140.757	28.481	303.380
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	268.325	88.692	540.210
Ananaí								-	56.053	56.053
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	975.927	426.385	4.003.460

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 4.540 MM e uma RAP de R\$ 655,7 MM (ciclo RAP 2022-2023). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 3.571,5 MM com uma RAP proporcional de R\$ 456,5 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2022-23) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	20.6	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	86.4	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	92.2	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	149.0	486	fev/17	fev/22	Concluído em 09/02/2022
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	257.6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	105.4	341	fev/17	fev/22	Concluído em 06/05/2022
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	157.3	510	fev/17	fev/22	Concluído em 27/07/2022
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	593 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	398.5	1,937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	77.8	610	mar/19	mar/23	Em andamento
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananaí (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% Taesa	159.9	1,750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 001/2022 Jun/22	Pitiguari (Lote 102)	93 km / Santa Catarina	100% Taesa	19.5	243	set/22	mar/27	Em andamento
TOTAL		3.307 km		R\$ 1.524,1 MM	R\$ 7.588 MM			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima consideram PIS/COFINS.

Status dos Projetos

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Licença de Operação emitida em 17 de dezembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação de Receita em 18 de fevereiro de 2022, com data retroativa a 9 de fevereiro de 2022.
- Empreendimento finalizado e aguardando conclusão de terceiros para energização.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Licença de Operação emitida em fevereiro de 2022.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 6 de maio de 2022.
- Concessão em operação.

Paraguaçu

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 27 de julho de 2022.
- Concessão em operação.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico: 99% em 30 de setembro de 2022.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.
- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022 retroativo a 28 de março de 2022.
- Avanço físico: 91,5% em 30 de setembro de 2022.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Avanço físico: 4,0% em 30 de setembro de 2022.

Pitiquari

- Constituição da empresa Pitiquari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade, que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

Para o período, as ações de destaque foram:

- Elaboração do relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração do segundo Inventário de Emissões de GEE conforme metodologia GHG Protocol
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e associação ao Movimento +Mulher 360
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores
- Manter-se signatária do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Emissão de 6 debêntures verdes
- 2ª Certificação *Great Place to Work* 2021-2022 – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2021 - Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- Adesão ao Movimento Transparência 100% da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas
- Planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Programa Segurança 100%
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Realização de 3 Workshops sobre ESG e Mercados Capitais com a participação de mais de 300 colaboradores da Companhia

No início de 2021, foi criado o programa de Diversidade e Inclusão composto inicialmente por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. O Programa está dividido em 5 pilares: Empoderamento Feminino, 50+, LGBTQIA+, PCDs e Raça & Etnia.

Em 2022, o Programa segue com diversas ações e a seguir, elencamos algumas delas:

- Atualização do Comitê de Diversidade
- Grupos de Afinidade
- Pesquisa de Viés Inconsciente

- Fóruns de Empoderamento Feminino
- Curso de formação de eletricistas para mulheres
- Metas de aumento dos indicadores dos 5 pilares (referente aos resultados de 2021)
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Livro sobre Diversidade e Inclusão
- Pesquisa de acessibilidade
- Programa de Mentoria
- Treinamento de conscientização sobre o tema violência contra mulher

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2021): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/#relatorio>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre orientações de saúde e higiene;
- Retorno às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação anual contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 99,6% dos colaboradores com o esquema primário completo, 97,6% com a primeira dose de reforço e 49,9% com a segunda dose de reforço entre os colaboradores a partir de 40 anos.
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,95% no 9M22);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento; algumas já concluídas;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,9 bilhões investidos entre 2020 e 3T22.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da pandemia no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

R\$ MM	3T22				
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	60,3	3,0	0,6	50,7	(0,3)
TSN	20,7	1,0	0,7	95,9	(0,8)
MUNIRAH	1,6	0,0	0,9	6,3	-
GTESA	0,9	0,0	-	0,9	-
PATESA	2,6	(1,6)	-	2,4	-
ETEO	11,7	0,4	-	19,2	(0,0)
NTE	15,0	0,4	0,0	15,6	(0,0)
STE	8,9	0,3	0,0	6,2	(0,0)
ATE	15,2	0,3	-	12,0	(0,0)
ATE II	18,2	3,3	0,0	26,9	(1,2)
ATE III	8,3	(4,5)	0,0	12,6	(0,0)
ETAU	89,5	6,7	-	33,8	(1,8)
BRASNORTE	6,6	(1,4)	-	0,8	(0,1)
SÃO GOTARDO	1,0	(0,2)	-	0,3	-
SÃO JOÃO	10,0	(2,3)	-	2,3	-
SÃO PEDRO	10,1	(1,0)	-	1,8	(0,1)
LAGOA NOVA	3,1	(2,9)	-	0,5	0,1
MARIANA	3,4	(0,8)	-	0,7	-
MIRACEMA	14,6	(4,1)	-	4,5	(0,0)
JANAÚBA	53,1	(55,5)	-	6,1	(0,1)
SANT'ANA	4,3	(15,5)	(14,9)	0,1	-
ANANAÍ	-	-	63,1	-	-
PITIGUARI	-	-	1,1	-	-
AIMORÉS	-	9,5	(12,2)	2,0	(4,6)
PARAGUAÇÚ	9,8	(5,7)	116,6	1,6	(8,2)
IVAÍ	-	-	64,7	-	-
EATE	18,2	1,4	-	8,6	(0,2)
EBTE	4,7	(1,4)	0,3	2,8	(1,3)
ECTE	1,4	0,1	-	0,7	-
EDTE	8,9	(8,3)	-	1,4	-
ENTE	9,9	0,5	-	4,4	(0,1)
ERTE	1,9	0,1	-	1,6	(0,0)
ESDE	1,2	(0,2)	-	0,4	-
ESTE	13,3	(17,0)	-	3,1	-
ETEP	3,7	0,2	-	2,7	(0,0)
ETSE	0,9	8,2	-	0,2	(0,0)
LUMITRANS	0,9	0,0	-	0,6	-
STC	0,9	(0,2)	-	0,9	(0,0)
TRANSIRAPE	2,1	0,3	0,4	0,9	(0,0)
TRANSLESTE	3,0	0,1	-	0,7	-
TRANSUDESTE	1,6	0,1	-	0,6	-
Total	441,5	(87,0)	221,3	333,0	(18,9)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 2T22	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 3T22
NOVATRANS	15%	1.730,5	60,3	3,0	0,6	50,7	(133,8)	1.711,3
TSN	10%	862,5	20,7	1,0	0,7	95,9	(126,5)	854,2
MUNIRAH	11%	63,2	1,6	0,0	0,9	6,3	(8,3)	63,8
GTESA	11%	32,6	0,9	0,0	-	0,9	(2,2)	32,2
PATESA	8%	138,2	2,6	(1,6)	-	2,4	(6,7)	134,9
ETEO	10%	469,1	11,7	0,4	-	19,2	(40,0)	460,4
NTE	15%	428,3	15,0	0,4	0,0	15,6	(35,0)	424,3
STE	10%	359,8	8,9	0,3	0,0	6,2	(19,3)	355,9
ATE	10%	664,3	15,2	0,3	-	12,0	(33,8)	657,9
ATE II	9%	886,1	18,2	3,3	0,0	26,9	(52,9)	881,6
ATE III ¹³	9%	506,6	8,3	(4,5)	0,0	12,6	(39,8)	483,2
ETAU ³	14%	172,8	2,2	0,1	-	3,9	(8,7)	170,2
BRASNORTE ³	6%	245,0	6,6	(1,4)	-	0,8	(8,7)	242,4
SÃO GOTARDO ¹	5%	73,4	1,0	(0,2)	-	0,3	(1,7)	72,7
SÃO JOÃO ¹³	5%	671,8	10,0	(2,3)	-	2,3	(15,6)	666,2
SÃO PEDRO ¹³	7%	624,6	10,1	(1,0)	-	1,8	(14,7)	620,9
LAGOA NOVA ¹³	9%	141,8	3,1	(2,9)	-	0,5	(4,0)	138,5
MARIANA ¹³	6%	239,1	3,4	(0,8)	-	0,7	(5,1)	237,2
MIRACEMA ¹³	9%	652,7	14,6	(4,1)	-	4,5	(20,9)	646,8
JANAÚBA ¹³	10%	2.305,0	53,1	(55,5)	-	6,1	(64,4)	2.244,3
SANT'ANA ¹²³	9%	601,4	4,3	(15,5)	(14,9)	0,1	(4,69)	570,7
ANANA ²	7%	7,7	-	-	63,1	-	(0,4)	70,5
PITIGUARI ²	5%	-	-	-	1,1	-	-	1,1
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	510,7	-	9,5	(12,2)	2,0	(14,1)	496,0
PARAGUAÇU ¹²³⁴	8%	682,1	9,8	(5,7)	116,6	1,6	(22,9)	781,5
IVA ¹²³⁴	8%	1.773,5	-	-	64,7	-	-	1.838,2
EATE ³	7%	1.139,0	18,2	1,4	-	8,6	(49,6)	1.117,6
EBTE ¹	4%	430,0	4,7	(1,4)	0,3	2,8	(11,3)	425,2
ECTE	6%	94,2	1,4	0,1	-	0,7	(4,1)	92,3
EDTE ¹³	9%	420,3	8,9	(8,3)	-	1,4	(11,5)	410,8
ENTE	6%	683,9	9,9	0,5	-	4,4	(25,5)	673,1
ERTE	5%	143,9	1,9	0,1	-	1,6	(5,8)	141,6
ESDE ¹	7%	72,9	1,2	(0,2)	-	0,4	(2,1)	72,1
ESTE ¹³	8%	701,2	13,3	(17,0)	-	3,1	(18,6)	682,0
ETEP	6%	242,2	3,7	0,2	-	2,7	(11,1)	237,7
ETSE ¹	6%	55,9	0,9	8,2	-	0,2	(1,6)	63,7
LUMITRANS	5%	72,8	0,9	0,0	-	0,6	(3,0)	71,3
STC ¹	5%	74,3	0,9	(0,2)	-	0,9	(3,2)	72,8
TRANSIRAPE ⁵	8%	120,4	2,1	0,3	0,4	0,9	(4,1)	120,0
TRANSESTE ⁵	10%	121,3	3,0	0,1	-	0,7	(5,0)	120,1
TRANSUDESTE ⁵	8%	82,8	1,6	0,1	-	0,6	(3,1)	82,0
Total		19.297,9	354,2	(93,5)	221,3	303,1	(843,9)	19.239,1

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

5.3. DRE 3T22

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	3T22	3T21	Var.%	3T22	3T21	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	645.111	559.880	15,2%
Operação e manutenção	265.980	235.434	13,0%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	269.437	199.006	35,4%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(81.280)	176.745	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	51.540	408.377	-87,4%	-	-	-
Outras receitas operacionais	7.341	25.463	-71,2%	459	377	21,7%
Parcela variável	(2.625)	(14.663)	-82,1%	(2.625)	(14.663)	-82,1%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	510.393	1.030.361	-50,5%	642.945	545.594	17,8%
PIS e COFINS	(21.922)	(69.737)	-68,6%	(34.401)	(29.788)	15,5%
ISS	(117)	(123)	-4,9%	(117)	(123)	-4,9%
ICMS	-	(85)	-100,0%	-	(85)	-100,0%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(24.561)	(18.094)	35,7%	(24.561)	(18.094)	35,7%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(46.601)	(88.039)	-47,1%	(59.080)	(48.090)	22,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	463.792	942.322	-50,8%	583.866	497.504	17,4%
Pessoal	(57.305)	(48.165)	19,0%	(57.305)	(48.165)	19,0%
Material	(97.423)	(156.387)	-37,7%	(1.714)	(1.697)	1,0%
Serviços de terceiros	(20.548)	(20.930)	-1,8%	(20.548)	(20.930)	-1,8%
Outras despesas operacionais	(4.120)	(3.000)	37,3%	(6.211)	(5.725)	8,5%
Custos e Despesas	(179.396)	(228.482)	-21,5%	(85.778)	(76.518)	12,1%
Depreciação e amortização	(5.780)	(6.017)	-3,9%	(72.830)	(64.242)	13,4%
Custos, Despesas e D&A	(185.176)	(234.499)	-21,0%	(158.607)	(140.760)	12,7%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	278.617	707.823	-60,6%	425.258	356.743	19,2%
Resultado de equivalência patrimonial	118.182	148.390	-20,4%	81.189	32.801	147,5%
Renda de aplicação financeira	54.640	8.684	529,2%	54.640	8.684	529,2%
Despesas financeiras	(140.399)	(239.042)	-41,3%	(140.223)	(238.352)	-41,2%
Empréstimos e financiamentos	(1.187)	(35.927)	-96,7%	(1.187)	(35.927)	-96,7%
- Juros incorridos	(4.279)	(2.692)	59,0%	(4.279)	(2.692)	59,0%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(10.198)	(33.925)	-69,9%	(10.198)	(33.925)	-69,9%
- Ajuste ao valor justo	13.290	690	1826,0%	13.290	690	1826,0%
Instrumentos financeiros derivativos	(11.361)	19.996	-	(11.361)	19.996	-
- Juros incorridos	2.913	(13.239)	-	2.913	(13.239)	-
- Variação cambial	10.198	33.925	-69,9%	10.198	33.925	-69,9%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(24.473)	(690)	3446,6%	(24.473)	(690)	3446,6%
Debêntures	(117.140)	(219.529)	-46,6%	(117.140)	(219.529)	-46,6%
- Juros incorridos	(163.831)	(94.208)	73,9%	(163.831)	(94.208)	73,9%
- Variações monetárias	46.692	(125.320)	-	46.692	(125.320)	-
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(176)	(689)	-74,4%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(10.535)	(2.893)	264,1%	(10.535)	(2.893)	264,1%
Resultado financeiro	(85.759)	(230.358)	-62,8%	(85.582)	(229.669)	-62,7%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	311.040	625.854	-50,3%	420.865	159.876	163,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.586)	(88.965)	-90,3%	(47.182)	32.187	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	302.454	536.889	-43,7%	373.682	192.063	94,6%
EBITDA	284.396	713.840	-60,2%	498.088	420.986	18,3%
Margem EBITDA	61,3%	75,8%	-14,4 pp	85,3%	84,6%	0,7 pp

5.4. DRE 9M22

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		9M22	9M21	Var. %	9M22	9M21	Var. %
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.865.156	1.439.499	29,6%
Operação e manutenção	745.743	585.492	27,4%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	787.516	572.854	37,5%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	598.259	982.608	-39,1%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	147.544	827.350	-82,2%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	37.230	37.408	-0,5%	849	1.102	-23,0%	-
Parcela variável	(30.291)	(25.927)	16,8%	(30.291)	(25.927)	16,8%	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.286.001	2.979.784	-23,3%	1.835.714	1.414.675	29,8%	
PIS e COFINS	(115.136)	(173.635)	-33,7%	(101.942)	(77.338)	31,8%	-
ISS	(326)	(431)	-24,4%	(326)	(431)	-24,4%	-
ICMS	(21)	(92)	-76,9%	(21)	(92)	-76,9%	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(63.358)	(50.535)	25,4%	(63.358)	(50.535)	25,4%	-
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(178.841)	(224.692)	-20,4%	(165.647)	(128.395)	29,0%	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.107.160	2.755.092	-23,5%	1.670.067	1.286.280	29,8%	
Pessoal	(155.784)	(134.309)	16,0%	(155.784)	(134.309)	16,0%	-
Material	(185.012)	(421.274)	-56,1%	(4.147)	(4.056)	2,2%	-
Serviços de terceiros	(64.628)	(56.696)	14,0%	(64.628)	(56.696)	14,0%	-
Outras despesas operacionais	(19.707)	(14.797)	33,2%	(28.105)	(22.440)	25,2%	-
Custos e Despesas	(425.131)	(627.077)	-32,2%	(252.663)	(217.501)	16,2%	
Depreciação e amortização	(19.726)	(16.512)	19,5%	(216.275)	(191.642)	12,9%	-
Custos, Despesas e D&A	(444.857)	(643.589)	-30,9%	(468.938)	(409.143)	14,6%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.662.302	2.111.503	-21,3%	1.201.129	877.137	36,9%	
Resultado de equivalência patrimonial	554.919	633.803	-12,4%	144.876	104.281	38,9%	-
Renda de aplicação financeira	124.595	20.243	515,5%	124.595	20.243	515,5%	-
Despesas financeiras	(699.109)	(606.837)	15,2%	(700.641)	(604.729)	15,9%	-
Empréstimos e financiamentos	38.286	(33.700)	-	38.286	(33.700)	-	-
- Juros incorridos	(11.368)	(17.761)	-36,0%	(11.368)	(17.761)	-36,0%	-
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	-
- Variação cambial	30.915	(9.110)	-	30.915	(9.110)	-	-
- Ajuste ao valor justo	18.739	(6.829)	-	18.739	(6.829)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	(74.965)	(25.970)	188,7%	(74.965)	(25.970)	188,7%	-
- Juros incorridos	(14.129)	(41.909)	-66,3%	(14.129)	(41.909)	-66,3%	-
- Variação cambial	(30.915)	9.110	-	(30.915)	9.110	-	-
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(29.922)	6.829	-	(29.922)	6.829	-	-
Debêntures	(636.351)	(532.266)	19,6%	(636.351)	(532.266)	19,6%	-
- Juros incorridos	(448.458)	(235.783)	90,2%	(448.458)	(235.783)	90,2%	-
- Variações monetárias	(187.893)	(296.483)	-36,6%	(187.893)	(296.483)	-36,6%	-
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(801)	(2.108)	-62,0%	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(25.278)	(12.793)	97,6%	(27.611)	(12.793)	115,8%	-
Resultado financeiro	(574.514)	(586.594)	-2,1%	(576.046)	(584.487)	-1,4%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	1.642.707	2.158.711	-23,9%	769.959	396.931	94,0%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(216.308)	(368.075)	-41,2%	(108.358)	14.833	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.426.399	1.790.636	-20,3%	661.601	411.764	60,7%	
EBITDA	1.682.029	2.128.015	-21,0%	1.417.404	1.068.778	32,6%	
Margem EBITDA	79,8%	77,2%	2,6 pp	84,9%	83,1%	1,8 pp	

5.5. DRE IFRS 3T22 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.865	33.764	2.032	1.582	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.183	89.487	-	9.794	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	115	6.652	9.542	(5.672)	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	(1.930)	(12.228)	116.565	64.735
Outras receitas operacionais	2.779	7.199	(0)	1.268	-
Parcela variável	-	(1.761)	(4.603)	(8.152)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.942	133.411	(5.257)	115.386	64.735
PIS e COFINS	(358)	(5.234)	(6)	(9.698)	(5.988)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(350)	(6.823)	(167)	(129)	-
Deduções da receita operacional bruta	(708)	(12.057)	(173)	(9.827)	(5.988)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.234	121.354	(5.430)	105.559	58.747
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(722)	(7.427)	(278)	(423)	(242)
Material	(353)	(2.143)	3.842	(32.644)	(17.747)
Serviços de terceiros	(479)	(7.383)	(126)	(163)	(457)
Outras despesas operacionais	(6)	(2.579)	(50)	(68)	(83)
Custos e Despesas	(1.560)	(19.531)	3.388	(33.298)	(18.528)
Depreciação e amortização	(47)	(1.414)	(12)	(16)	(17)
Custos, Despesas e D&A	(1.607)	(20.946)	3.376	(33.313)	(18.545)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.627	100.408	(2.054)	72.245	40.202
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	509	5.089	645	253	1.090
Despesas financeiras	(70)	(31.610)	80	(86)	(5.063)
Resultado financeiro	439	(26.521)	725	167	(3.973)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.067	73.887	(1.329)	72.412	36.229
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.397)	63.835	455	(21.323)	(12.146)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.670	137.723	(874)	51.089	24.083
EBITDA	6.674	101.823	(2.042)	72.261	40.219
Margem EBITDA	81,1%	83,9%	37,6%	68,5%	68,5%

5.6. DRE IFRS 9M22 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	10.845	81.300	3.140	1.582	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	6.436	207.157	15.909	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	12.132	264.721	(2.993)	(5.672)	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	85.406	116.537	198.621	311.034
Outras receitas operacionais	6.650	13.459	223	1.268	-
Parcela variável	-	(3.593)	(4.898)	(8.152)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36.062	648.450	127.919	187.647	311.034
PIS e COFINS	(1.642)	(36.234)	(12.052)	(17.288)	(28.771)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.010)	(15.916)	(231)	(129)	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.652)	(52.149)	(12.283)	(17.417)	(28.771)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33.411	596.301	115.636	170.229	282.263
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.606)	(19.707)	(693)	(682)	(595)
Material	(674)	(31.270)	(27.380)	(62.681)	(123.051)
Serviços de terceiros	(1.987)	(14.173)	(407)	(437)	(1.464)
Outras despesas operacionais	(0)	(3.093)	(82)	(102)	(70)
Custos e despesas	(4.268)	(68.243)	(28.563)	(63.902)	(125.180)
Depreciação e amortização	(111)	(1.637)	(44)	(56)	(46)
Custos, Despesas e D&A	(4.379)	(69.880)	(28.607)	(63.958)	(125.226)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	29.032	526.421	87.029	106.271	157.037
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	820	10.590	1.609	941	4.640
Despesas financeiras	(576)	(100.515)	(118)	(112)	(92.136)
Resultado financeiro	244	(89.924)	1.492	831	(87.496)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	29.276	436.497	88.521	107.102	69.542
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.933)	(22.149)	(30.088)	(36.406)	(23.465)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.342	414.347	58.433	70.696	46.077
EBITDA	29.143	528.058	87.073	106.328	157.084
Margem EBITDA	87,2%	88,6%	75,3%	62,5%	55,7%

5.7. DRE Regulatório 3T22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	11.479	196.140	13.171	14.374	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(1.761)	(4.603)	(8.152)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.479	194.379	8.568	6.222	-
PIS e COFINS	(503)	(9.510)	(1.290)	(1.307)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(350)	(6.823)	(167)	(129)	-
Deduções da receita operacional bruta	(853)	(16.333)	(1.457)	(1.436)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.626	178.046	7.111	4.786	-
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(722)	(7.427)	(278)	(423)	(242)
Material	(32)	159	(6)	(3)	(2)
Serviços de terceiros	(479)	(7.383)	(126)	(163)	(457)
Outras despesas operacionais	(51)	(1.560)	(50)	(68)	(83)
Custos e Despesas	(1.283)	(16.211)	(460)	(657)	(783)
Depreciação e amortização	(874)	(19.777)	(1.357)	(777)	(17)
Custos, Despesas e D&A	(2.158)	(35.988)	(1.817)	(1.434)	(800)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.468	142.058	5.293	3.352	(800)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	509	5.089	645	253	1.090
Despesas financeiras	(68)	(31.610)	80	(86)	(5.063)
Resultado financeiro	442	(26.521)	725	167	(3.973)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	8.909	115.537	6.018	3.519	(4.773)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.022)	(10.132)	(2.042)	(1.159)	1.792
RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.887	105.405	3.976	2.360	(2.981)
EBITDA	9.342	161.835	6.651	4.129	(783)
Margem EBITDA	87,9%	90,9%	93,5%	86,3%	-

5.8. DRE Regulatório 9M22 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	31.063	462.518	20.576	14.374	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	-	(3.593)	(4.898)	(8.152)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	31.063	458.925	15.678	6.222	-
PIS e COFINS	(1.415)	(22.945)	(1.939)	(1.307)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.010)	(15.916)	(231)	(129)	-
Deduções da receita operacional bruta	(2.425)	(38.861)	(2.170)	(1.436)	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28.638	420.064	13.507	4.786	-
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.606)	(19.707)	(693)	(682)	(595)
Material	(34)	159	(6)	(3)	(2)
Serviços de terceiros	(1.987)	(14.173)	(407)	(437)	(1.464)
Outras despesas operacionais	(108)	(2.074)	(82)	(102)	(70)
Custos e despesas	(3.735)	(35.795)	(1.189)	(1.224)	(2.131)
Depreciação e amortização	(2.633)	(46.143)	(1.389)	(818)	(46)
Custos, Despesas e D&A	(6.367)	(81.938)	(2.578)	(2.042)	(2.177)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	22.270	338.126	10.929	2.745	(2.177)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	820	10.590	1.609	941	4.640
Despesas financeiras	(570)	(100.515)	(122)	(115)	(92.140)
Resultado financeiro	249	(89.924)	1.487	826	(87.500)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	22.519	248.202	12.416	3.571	(89.677)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.653)	(22.149)	(4.141)	(1.142)	30.659
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.866	226.052	8.275	2.429	(59.018)
EBITDA	24.903	384.269	12.318	3.563	(2.131)
Margem EBITDA	87,0%	91,5%	91,2%	74,4%	-

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Lucro Líquido	302,5	536,9	-43,7%	1.426,4	1.790,6	-20,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	8,6	89,0	-90,3%	216,3	368,1	-41,2%
Despesas Financeiras Líquidas	85,8	230,4	-62,8%	574,5	586,6	-2,1%
Depreciação e Amortização	5,8	6,0	-3,9%	19,7	16,5	19,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(118,2)	(148,4)	-20,4%	(554,9)	(633,8)	-12,4%
EBITDA	284,4	713,8	-60,2%	1.682,0	2.128,0	-21,0%
Margem EBITDA	61,3%	75,8%	-14,4 pp	79,8%	77,2%	2,6 pp

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	3T22	3T21	Var.%	9M22	9M21	Var.%
Lucro Líquido	373,7	192,1	94,6%	661,6	411,8	60,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	47,2	(32,2)	-246,6%	108,4	(14,8)	-830,5%
Despesas Financeiras Líquidas	85,6	229,7	-62,7%	576,0	584,5	-1,4%
Depreciação e Amortização	72,8	64,2	13,4%	216,3	191,6	12,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(81,2)	(32,8)	147,5%	(144,9)	(104,3)	38,9%
EBITDA	498,1	421,0	18,3%	1.417,4	1.068,8	32,6%
Margem EBITDA	85,3%	84,6%	0,7 pp	84,9%	83,1%	1,8 pp

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

	3T22		3T22
	R\$ mil	IFRS	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.564.460	-	1.564.460
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	234.180	-	234.180
Ativo contratual de concessão	1.396.323	1.396.323	-
Impostos e contribuições sociais	238.952	-	238.952
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	133.395	-	133.395
Estoque	15.118	-	15.118
Outras contas a receber	38.053	-	38.053
Total do Ativo Circulante	3.620.492	1.396.323	2.224.169
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	10.003	-	10.003
Ativo contratual de concessão	10.174.381	10.174.381	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(37.337)	37.337
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.689.419	2.307.030	1.382.389
Clientes	21.593	-	21.593
Depósitos judiciais	53.853	-	53.853
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outras contas a receber	42.869	-	42.869
Imobilizado	123.412	(6.369.869)	6.493.281
Intangível	109.700	(175.453)	285.153
Direito de uso	6.369	6.369	-
Total do Ativo Não Circulante	14.231.599	5.905.121	8.326.478
Total do Ativo	17.852.091	7.301.444	10.550.647
Passivos			
Fornecedores	86.758	-	86.758
Impostos e contribuições sociais	40.660	-	40.660
Empréstimos e financiamentos	9.799	-	9.799
Debêntures	696.608	-	696.608
Passivo de arrendamento	4.951	4.951	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	48	-	48
Taxas regulamentares	59.618	-	59.618
Outras contas a pagar	76.863	-	76.863
Total do Passivo Circulante	975.305	4.951	970.354
Empréstimos e financiamentos	411.932	-	411.932
Debêntures	7.347.104	-	7.347.104
Passivo de arrendamento	3.017	3.017	-
Instrumentos financeiros derivativos	34.359	-	34.359
Impostos e contribuições diferidos	1.365.554	1.133.943	231.611
Tributos diferidos	651.404	651.404	-
Provisão para contingências	58.928	2.594	56.334
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(10.574)	10.574
Fornecedores	16.693	-	16.693
Outras contas a pagar	36.832	-	36.832
Total do Passivo Não Circulante	9.925.856	1.780.417	8.145.439
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	2.368.240	-	2.368.240
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	22.253	-	22.253
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(506.733)	-	(506.733)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	4.747.049	(4.747.049)
Resultado do período	1.426.399	764.798	661.601
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.950.930	5.516.076	1.434.854
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.950.930	5.516.076	1.434.854
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	17.852.091	7.301.444	10.550.647

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa

R\$ mil	9M22 IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.426.399
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(554.919)
Depreciação e amortização	11.957
Amortização de direito de uso	7.770
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	11.320
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(845)
Custo Implementação - provisão fornecedores	148.297
	(38.286)
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	636.351
Juros e variações monetárias sobre debêntures	801
Juros passivo de arrendamento	74.966
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	23.398
Imposto de renda e contribuição social correntes	192.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.195
Tributos diferidos	(787.516)
Remuneração do ativo contratual de concessão	(598.259)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(147.544)
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	(8.082)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	6.225
Despesa de atualização monetária de contingências	1.425
Provisão (Reversão) para parcela variável	419.564
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(23.797)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	1.083.032
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(54.047)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	15.102
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(192.974)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	7.939
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(213)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	262.491
	1.097.533
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.517.097
Imposto de renda e contribuição social pagos	(65.640)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.451.457
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	790
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(72.372)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(93.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(165.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	362.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(520.049)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.279)
Captação de debêntures	1.999.500
Pagamento de debêntures - principal	(480.230)
Pagamento de debêntures - juros	(271.260)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(25.022)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	157.685
Pagamento de passivo de arrendamento	(10.669)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.307.015)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(106.739)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.179.636
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.564.460
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.179.636

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
R\$ mil	9M22 Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	661.601
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(144.876)
Depreciação e amortização	216.275
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	11.320
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(845)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprést e Financ	(38.286)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	636.351
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	74.966
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.398
Imposto de renda e contribuição social diferidos	84.960
Tributos diferidos	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(8.082)
Despesa de atualização monetária de contingências	6.225
Provisão (Reversão) para parcela variável	1.425
	1.524.432
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(23.797)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(54.047)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	15.102
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(44.677)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	7.939
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(152)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	262.491
	162.859
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.687.291
Imposto de renda e contribuição social pagos	(65.640)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.621.651
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	790
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(253.235)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(93.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(345.945)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	362.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(520.049)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(12.279)
Captação de debêntures	1.999.500
Pagamento de debêntures - principal	(480.230)
Pagamento de debêntures - juros	(271.260)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(25.022)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	157.685
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.307.015)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(96.070)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.179.636
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	384.824
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	1.564.460
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.179.636

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.